

A reunião do FMI, que começa no fim de semana, pode selar o reencontro do Brasil com a comunidade financeira. Mas os juros atrasados ainda criam dificuldades.

Os credores esperam um gesto brasileiro

PAULO SOTERO, DE WASHINGTON

A reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que começa neste fim de semana em Washington, deveria e ainda poderá marcar um momento decisivo para o projeto do presidente Fernando Collor de aproximar o País do chamado Primeiro Mundo. Até alguns dias atrás, o considerável capital de credibilidade política que o governo acumulou ao desencadear a mais profunda reforma econômica do País em meio século parecia ter desimpedido o caminho para que fosse celebrado a reconciliação do Brasil com a comunidade financeira internacional.

A demora do governo em iniciar as discussões sobre os pagamentos de juros em atraso abriu contudo, espaço para pressões públicas que arriscam, agora, colocar o governo na defensiva. No Fundo Monetário Internacional, no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, entre executivos de bancos e até jornalistas da imprensa financeira internacional, a situação provoca perplexidade.

As pressões começaram na sexta-feira passada; quando o presidente de uma organização que faz o lobby dos grandes bancos internacionais em Washington criticou a decisão do Fundo Monetário Internacional de ter aceito a carta de intenção do governo brasileiro sem exigir do país o reinício dos pagamentos de juros aos bancos privados.

Na terça-feira, porém, o subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, praticamente endossou a posição de Schullman. O alto funcionário de Washington, que durante meses esforçara-se para ser diplomático sobre o problema dos juros atrasados, limitando suas declarações públicas à "necessidade de o Brasil e os bancos tratarem do problema antes que ele se torne inadmissível", deixou claro que, na ausência de negociações sérias e da retomada do resgate de juros, achava difícil ver "como o acordo do Brasil com o FMI poderia ser submetido à aprovação da diretoria da instituição".

A declaração de Mulford põe não apenas o governo brasileiro, mas o diretor-gerente do FMI numa posição delicada. Camdessus não disse nem dirá ao governo brasileiro que só apresentará o programa brasileiro para a diretoria do Fundo se o País efetuar um pagamento internacional do qual o Brasil é membro, uma exigência desse tipo representaria uma ingerência que ele sabe não ter o direito nem desejo de fazer.

Mas ele não poderá tomar essa decisão ignorando as opiniões dos principais acionistas da organização que dirige. O maior de todos, os EUA, já deixou suas posição clara, pela voz de Mulford. Entre os membros europeus do Fundo, sabe-se que os governos da Alemanha, da Inglaterra e da Holanda já vinham manifestando privadamente sua insatisfação com o que consideram, certa ou erradamente, uma atitude de corpo mole, de pouco caso do Brasil em relação à questão dos atrasados.

Mas a carta de intenção que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, enviou na semana passada a Camdessus, o governo afirmou que "enquanto estiverem em curso as conversações com os bancos e até que haja acordo com respeito a um plano de financiamento, o Brasil não terá condições de cumprir integralmente as obrigações contratuais relativas aos juros". A palavra chave do texto é o advérbio integralmente.